

capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** – Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas internacionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belém(PA), 09 de Março de 2017. **AUDITAN – AUDITORIA INDEPENDENTE** – CRC/PA nº 0269 – Ato Declaratório CVM nº 10.679. **Rui Oliveira Magalhães** – Contador CRC/PA Nº 5771. Sócio – Responsável. IBRACON/NA nº 2074.

Protocolo: 1012898

AMAZONAS INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS S/A-AMASA. CNPJ: 05.574.041/0001-05. Cumprindo determinações legais e estatutárias, submetemos a apreciação de seus Diretores e acionistas as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2016, colocando-nos à disposição para prestar-lhes esclarecimentos que se fizerem necessária. Belém, 20 de março de 2017.											
BALANÇO PATRIMONIAL	2016	2015		2016	2015	DRE	2016	2015	DEMOSNTRATIVO FLUXO CAIXA ATIVIDADES OPERACIONAIS		
ATIVO	19.648.745	23.603.204	PASSIVO	19.648.745	23.603.204	Receitas	43.142.332	49.725.779			
CIRCULANTE	14.784.598	19.559.247	CIRCULANTE	7.944.463	12.614.745	Impostos	(3.857.700)	(3.505.044)			
Caixa	11.598	40.536	Fornecedores	267.978	1.390.079	Devoluções			INGRESSO DE RECURSOS		
Bancos	534.065	1.000.274	Emprést. Bancário	1.638.787	8.859.021	Receita Líquida	39.284.632	46.220.735	Receb. Clientes	32.151.296	
Clientes	3.373.088	3.203.566	Obrigações Trabalh.	390.567	382.057	Custos	(34.589.258)	(36.700.286)	Outros Recebim.	311.584	
Adto. Fornecedores	356.638	255.903	Obrigações Sociais	336.748	422.230	Lucro Bruto	4.695.374	9.520.449	Adto. Clientes	16.572.371	
Adto. Empregado	56.046	21.974	Obrigações Tribut.	669.919	666.820	Desp. Operacional	(4.582.239)	(4.328.281)	Juros Recebidos	146.518	
Depósito Recurso	170.845	184.280	Dividendos	230.673	96.240	Vendas	(2.313.123)	(2.066.909)	Fornecedor pagos	(31.717.660)	
Estoque P. Acabados	2.396.303	6.721.086	Antec. Cliente Ext.	4.399.686	786.551	Administrativas	(2.269.116)	(2.261.372)	Funcionário pagos	(2.169.047)	
Estoque M. Prima	2.108.984	2.615.208	Antec. Cliente Nac.	10.105	11.747	Outras Receitas e Despesas líquidas	148.514	232.236	Despesas Operac.	(2.211.094)	
Estoque. Mercadorias	9.133	17.894	Ñ CIRCULANTE	229.506	301.942	Encargos Financ.	1.151.480	(4.730.206)	Impostos/Contrib.	(3.706.547)	
Estoque. Almoxarifado	790.650	542.851	Obrig. Tributárias	229.506	301.942	Receitas Financeiras	34.000	76.223	Juros pagos	(1.388.412)	
Desp. Antecipada	69.867	91.528	PATRIM. LÍQUIDO	11.474.776	10.686.517	Despesas Financeiras	(804.078)	(1.452.154)	Total Ingressos	7.989.009	
Imposto à Compensar	4.907.381	4.864.147	Capital Social	8.394.420	8.394.420	Rest. Líquido Cambial	1.921.558	(3.354.275)	DESTINAÇÃO DE RECURSOS		
Ñ CIRCULANTE	4.864.147	4.043.957	Reserva Legal	174.135	128.000	Lucro Líquido antes IR e CSLL	1.413.129	694.198	Aquis. Imobilizado	(1.484.156)	
REAL. L. PRAZO	83.958	83.958	Reserva Estatutária	2.906.221	2.164.097	Imposto de Renda	(354.263)	(221.027)	Emprést. Banco	(7.000.000)	
Deposito Compulsorio	83.958	83.958	DEMONSTRATIVO LUCRO/PREJUÍZO			Contribuição Social	(136.174)	(88.210)	Total Ingressos	(8.484.156)	
INVESTIMENTOS	4.403	4.403				Imposto de Renda	(354.263)	(221.027)	Total Ingressos	(8.484.156)	
Partic. Empresas	4.403	4.403	Saldo Inicial	-	-	Resultado Líquido	922.692	384.961	VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		
IMOBILIZADO	4.775.786	3.955.596	Result. Exercício	922.692	384.961	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PL					
Terreno/Edificação	2.475.160	2.515.437	Reserva Legal	46.135	19.248	Capital Social	8.394.420	8.394.420	Redução Líquida	(495.147)	
Máquina/Equipament.	5.075.649	4.327.520	Reserva Estatutária	645.884	269.473	Constit. de Reservas	3.080.356	2.292.097	Saldo Inicial	1.040.810	
Veículos	359.946	427.307	Dividendo	230.673	96.240	Total	11.474.776	10.686.517	Saldo Final	545.663	
Instalações/Móveis	3.139.384	2.641.895	Saldo Final	0,00	0,00						
Depreciações	(6.274.353)	(5.956.563)	NOTAS EXPLICATIVAS: A) As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis; B) Os estoques avaliados a custo médio de aquisição e/ou produção que não excede o valor de mercado; C) O ativo imobilizado registrado ao custo histórico e depreciado pelo método linear, às taxas refletem a vida útil estimada dos bens; D) O capital social é de 8.394.420 ações ordinárias no valor de R\$ 1,00 cada uma; E) Conforme Lei 11.638/07 e Resol. CFC 1157, Iten 115, o saldo do lucro remanescente ano 2016 foram transferidos para Reservas Estatutárias após destinos da Reserva Legal e Dividendos ; F) Os Dividendos ano 2015 no valor R\$ 96.240,38, foram deliberados pelo acionista majoritário para constituição de Reservas especial conforme Estatuto Social artigo 20, linha "C". G) Houve aumento do Patrimônio Líquido ano 2016, após a constituição dos valores de R\$ 46.134,60 e R\$ 645.884,35 de Reserva Legal e Estatutárias respectivamente autorizadas. H) Outras receitas são compostas na sua maioria de receitas de alugueis que somam R\$ 240.216,00. I) Houve baixa de crédito não liquidado no valor R\$ 45.559,80. Presidente – Yasuhiko Takano; Diretor – Arnaldino Ascui de Oliveira; Diretor – Marcos Takashi Koshimoto e Contador – Maico Hederlano Santos, CRC/PA – 011839/O-6.								

Protocolo: 1012905

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE
GARIMPEIROS DO TAPAJÓS - FECOGAT.
CNPJ: 25.134.605/0001-04 NIRE: 15400019046
A FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE GARIMPEIROS DO TAPAJÓS - FECOGAT, neste ato representada por seu presidente o Sr. Amaro Salmo da Rosa, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto Social, convoca todas as Cooperativas Cooperadas que nesta data totalizam 06 (seis) cooperadas para efeito de quorum, para a realização da **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA ("AGOE")**, a ser realizada: **DATA - 31 de MARÇO de 2017**
LOCAL - na Sede da Federação das Cooperativas de Garimpeiros do Tapajós - FECOGAT sito a Av. das Esmeraldas, s/n, Centro, Cep.: 68.189-000, no Distrito de Moraes de Almeida, Município de Itaituba no Estado do Pará.
HORÁRIO - Às 15:00 (quinze) horas em 1ª (primeira) convocação

com a presença de 2/3 (dois terços) das cooperativas com direito a voto; às 16:00 (dezesseis) horas em 2ª(segunda) convocação com a presença de maioria simples (metade mais uma) das cooperativas com direito a voto e às 17:00 (dezesete) horas em 3ª (terceira) e última convocação com qualquer número de cooperativas associadas com direito a voto.
ORDEM DO DIA:
I - Assembléia Geral Ordinária
1)Aprovação das contas da Federação, referentes ao exercício 2016;
2) Discutir rateio das perdas ou rateio das sobras caso haja;
3) Eleição e posse do Conselho de Administração se forem o caso;
4) Eleição e posse dos Conselheiros Fiscais para o Exercício 2017;
5) Discutir metas e ações da Federação para o ano de 2017;
6) Demais assuntos de interesse da Federação e que seja de competência da Assembleia Geral Ordinária.
II - Assembléia Geral Extraordinária
1)Aprovação do processo de Ingresso/Adesão de novos cooperados;
2) Avaliação e Aprovação do Regimento Interno da Federação

das Cooperativas de Garimpeiros do Tapajós - FECOGAT
3) Demais assuntos de interesse da Federação e que seja de competência da Assembléia Geral Extraordinária, Moraes de Almeida/PA, 15 de março de 2017.
Amaro Salmo da Rosa
Presidente da FECOGAT

Protocolo: 157434

JARI FLORESTAL S/A., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.950.724/0001-01, inscrição estadual nº 15.232.790-8 no município de Almeirim Estado Pará torna público que recebeu junto a SEMAS/PA, a Autorização para Exploração Florestal AUTEF Nº 272981/2017 Tipologia Licenciada 2611-1 unidade de produção Anual, Área Líquida Autorizada 8851,9032 ha (UPA 2017), sob o processo Nº 9194/2014.

Protocolo: 157438